



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**

**Estudo Técnico Preliminar**

**Contratação de fornecimento de serviço de emissão de Certificado Digital**

O presente documento tem por objetivo descrever a solução de Tecnologia da Informação, necessária ao atendimento das demandas organizacionais. Sua estrutura baseada em tópicos visa objetivar a leitura e facilitar o entendimento da solução como um todo.

**Visão geral da solução a ser contratada**

Pretende-se registrar preços para possível contratação de serviço de emissão de certificados digitais, bem como a contratação de fornecimento de Mídia Criptográfica do tipo token USB para armazenamento de certificado digital, com capacidade mínima de memória de 72KB e suporte a chaves de 2048 bits, além da contratação de visitas técnicas para emissão dos certificados digitais, objetivando certificar magistrados e servidores deste Regional para uso desse dispositivo de assinatura digital.

**Glossário**

**ICP Brasil** - Cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais.

## Capítulo I - Definição dos Requisitos

Requisitos de Negócio		
Id	Descrição	Categoria (Essencial/Importante/ Desejável)
1	Os certificados devem permitir acesso a todas as aplicações disponibilizadas pelo Poder Judiciário;	Essencial
2	Os certificados devem permitir assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;	Essencial
3	A emissão dos certificados devem englobar o serviço de autoridade de registro;	Essencial
4	Os certificados devem ser compatíveis com os navegadores de Internet utilizados no Tribunal;	Essencial
5	Os certificados devem permitir seu armazenamento em mídias do tipo token USB;	Essencial
6	Deve ser possível a revogação dos certificados emitidos;	Essencial
7	Deve ser disponibilizado via web listagem com os certificados emitidos, renovados e revogados;	Essencial
8	Deve ser possível a realização de visitas da Contratada às dependências do Regional para a emissão do certificado.	Essencial
9	A contratada deve possuir postos de atendimento em Recife e poderão ser utilizados postos em outras localidades, em caso de a contratada possuir infraestrutura disponível.	Essencial
Requisitos de Capacitação		
Id	Descrição	Categoria (Essencial/Importante/ Desejável)
<ul style="list-style-type: none"> <li>Não foram identificados requisitos de capacitação;</li> </ul>		
Requisitos Legais		
Id	Descrição	Categoria (Essencial/Importante/ Desejável)
1	Os certificados devem ser aderentes ao padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil.	Essencial
2	Os certificados devem seguir a Resolução 164/2016 do CSJT no que couber.	Essencial
Requisitos de Manutenção		
Id	Descrição	Categoria (Essencial/Importante/ Desejável)
1	Os certificados devem possuir garantia de correção e atualização durante 36 meses a partir da emissão;	Essencial
2	A Contratada deve manter central de atendimento para recebimento dos chamados técnicos;	Essencial
Requisitos Temporais		
Id	Descrição	Categoria (Essencial/Importante/ Desejável)
1	Os certificados devem possuir prazo de validade mínimo de 03(três) anos a partir de sua emissão;	Essencial

2	Visitas na RMR devem ocorrer em no máximo 03 (três) dias úteis. Visitas fora da RMR em no máximo 04 (quatro) dias úteis.	Essencial
3	O Token deve possuir garantia mínima de 03 (três) anos, contado do recebimento definitivo;	Essencial
<b>Requisitos de Segurança</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante/ Desejável)</b>
1	A solução contratada deve se adequar às normas e políticas de segurança da informação estabelecidas pelo Regional;	Essencial
2	A Utilização do certificado deverá ser protegida por senha;	Essencial
<b>Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante/ Desejável)</b>
1	Deve ser possível o armazenamento dos certificados nas mídias que o Tribunal já possui;	Essencial
2	Deve ser possível o armazenamento dos certificados nas mídias que estão sendo adquiridas neste edital;	Essencial

## Capítulo II - Especificação dos Requisitos

<b>Requisitos de Arquitetura Tecnológica</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante /Desejável)</b>
1	Os certificados devem ser do tipo A3;	Essencial
2	Os certificados devem ser do tipo ICP-Brasil Cert-JUS Institucional Pessoa Física;	Essencial
3	Os certificados devem ser compatíveis com windows Xp e versões mais recentes e com o Linux;	Essencial
4	A Listagem de certificados disponibilizada na web deverá permitir controle de acesso com facilidade de consulta pelos gestores do contrato;	Essencial
5	A emissão dos certificados compreende a validação da documentação, importação do certificado digital e das cadeias de certificado necessárias para sua correta utilização, apresentação das instruções necessárias e solicitadas pelo usuário e coleta das evidências de emissão;	Essencial
6	O controlador de acesso (Token) deve comportar o Certificado Digital A3 e as chaves privadas e públicas, além de ser do tipo USB versão 2.0 ou superior compatível com 2.0	Essencial
<b>Requisitos Legais e Culturais</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante /Desejável)</b>
1	Os certificados devem ser aderente ao disposto na Resolução 164/2016 CSJT;	Essencial
2	Deve ser possível a emissão do certificado nas dependências do Regional, bem como em postos de atendimento da contratada.	Essencial
<b>Requisitos de Manutenção e Garantia</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante /Desejável)</b>
1	Os certificados devem possuir garantia de correção e atualização em decorrência de falhas ou de mudanças decorrentes das diretrizes da ICP-BRASIL durante 36 (trinta e seis) meses a partir de sua emissão;	Essencial
2	Caso a correção ou atualização exija novo certificado, a empresa contratada deverá efetuar a nova emissão, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação, sem ônus adicional.	Essencial
3	A Contratada deve manter central de atendimento para recebimento dos chamados técnicos nos dias úteis no horário de 08 às 18 hrs;	Essencial
4	Os chamados serão abertos por e-mail ou telefone devendo ser informado número de controle;	Essencial
<b>Requisitos de Capacitação</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante /Desejável)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram identificados requisitos de capacitação;</li> </ul>		

<b>Requisitos de Equipe</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante /Desejável)</b>
1	A Contratada deverá comprovar prestação de serviço semelhante ao que se pretende contratar;	Essencial
2	A Equipe técnica do Regional deverá fornecer infraestrutura básica nas emissões nas dependências do Tribunal;	Essencial
<b>Requisitos de Metodologia de Trabalho</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante /Desejável)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram identificados requisitos de metodologia de trabalho;</li> </ul>		
<b>Requisitos de Segurança da Informação</b>		
<b>Id</b>	<b>Descrição</b>	<b>Categoria (Essencial/Importante /Desejável)</b>
1	As Senhas dos certificados deverão se adequar às normas e políticas de segurança da informação estabelecidas pelo Regional.	Importante

## **Capítulo III – Análise de Viabilidade da Contratação**

Esta seção tem por objetivo consolidar as informações sobre a Análise de Viabilidade para possível contratação de fornecedor responsável pela emissão de certificados digitais, aquisição de Controlador de Acesso (Token) para armazenamento seguro para gravação do referido Certificado Digital e contratação de visitas técnicas para emissão dos certificados digitais para os magistrados e servidores do TRT da 6ª Região dentro da fase de Planejamento da Contratação, atendendo às disposições contidas no artigo 14 da Resolução nº 182, de 17 de Outubro de 2013, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a qual dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

### **1 Definição e Especificação dos Requisitos**

A definição e a especificação de requisitos da solução de TI encontram-se detalhadas nos capítulos I e II deste estudo.

### **2 Levantamento de soluções**

Vide tabela de cotação de preços em anexo

Verifica-se que o serviço pode ser prestado por diferentes empresas do mercado de TIC.

#### **2.1 Soluções existentes no Portal de Software Público Brasileiro**

- Não se aplica a esta contratação.

**2.2** A capacidade e as alternativas do mercado de TIC, inclusive a existência de software livre ou software público

- Não se aplica a esta contratação.

**2.3** A observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário

- Não se aplica a esta contratação.

**2.4** A aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), quando houver necessidade de utilização de certificação digital, observada a legislação sobre o assunto

- Conforme documento de requisitos, os certificados digitais devem ser aderentes às recomendações da ICP-BRASIL.

**2.5** A observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas no Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus);

- Não se aplica a esta contratação.

### 3. Análise de Alternativas

Não se vislumbra outra alternativa que não seja a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de emissão de certificados digitais, fornecimento de Controlador de Acesso (Token), bem como realização de visitas técnicas.

**3.1 Vantagens:** Possibilidade de efetivar contratação exigindo da contratada condições e quantitativos adequados à realidade do Tribunal a cada momento.

**3.2 Desvantagens:** Necessidade de deslocamento dos colaboradores ao posto de atendimento da empresa responsável. A desvantagem será atenuada com a realização de visitas técnicas para validação presencial, bem como com a existência de postos da contratada em locais próximos às unidades do Regional.

**3.3 Custo aproximado:** Os custos aproximados foram calculados usando os valores constantes de pesquisa de preços efetuada, e disponibilizada na planilha abaixo:

	TCE/PE PREGÃO 19/2020	5a Região Militar PREGÃO 00015/20 20 (SRP) - ITEM 44	TRF5 - PREGAO 00023/20 20 (SRP) - ITEM 3	CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS - PREGÃO 00002/2021	TRT7 - PREG AO 00003/ 2020	PROPOST A CERTISIG N - SAD - EDITAL 0067.2020. CCPLE-VIII .PE.0052.S AD.ATI	PROPOST A OBJECTTI - SAD - EDITAL 0067.2020. CCPLE-VIII .PE.0052.S AD.ATI	MÉDIAS - PREÇO DE REFERÊN CIA
Item 1		55,99	29,99	29,00				38,33
Item 2	57,46		39,99	43,00	47,20			46,91
Item 3	20,01*		29,99			55,99	55,99	47,32
Item 4	60,00					55,99	55,99	57,33

\* Valor não considerado para formação de valor de referência

Item 1 - Controladores de Acesso (Token) USB mínimo de 72k e suporte a chaves de 2048 bits, homologado e testado pela ICP-Brasil, com garantia mínima de 03 (três) anos - R\$ 38,33;

Item 2 - Emissões de Certificado Digital para Pessoa Física A3 com validade de 03 (três) anos e possibilidade de renovação - R\$ 46,91;

Item 3 - Visitas técnicas para validação e emissão de Certificado Digital nas unidades do TRT6 na Região Metropolitana do Recife - R\$ 47,32;

Item 4 - Visitas técnicas para validação e emissão de Certificado Digital nas unidades do TRT6 localizadas no interior do estado de Pernambuco, com exceção das unidades localizadas na Região Metropolitana - R\$ 57,33.

Levando-se em conta os quantitativos a serem solicitados, chega-se ao valor total abaixo indicado:

Item 1: Token Criptográfico:  $776 * 38,33 = \text{R\$ } 29.744,08$

Item 2: Certificados digitais A3:  $776 * 46,91 = \text{R\$ } 36.402,16$

Item 3: Visita na RMR:  $100 * 47,32 = \text{R\$ } 4.732,00$

Item 4: Visita fora da RMR:  $100 * 57,33 = 5.733,00$

Cabem algumas observações com relação à cotação de preços.

A cotação do item 3 com o preço pelo qual o TCE comprou, diz respeito apenas a visitas na sede do órgão na cidade do Recife e não leva em consideração outros municípios da Região Metropolitana do Recife, e assim, não foi considerado. Esse mesmo órgão, no item 4, especificou várias cidades do interior do estado e dessa forma, mantivemos o valor relativo a esse item.

### **3.4 – Análise de custo-benefício da solução.**

No momento, a contratação de empresa especializada na emissão dos certificados digitais, com ou sem o fornecimento do Token passou a ser a única forma de atender aos requisitos.

Diante do exposto, a análise de custo-benefício das soluções torna-se desnecessária.

## **4 – Escolha da solução e justificativa**

### **4.1 – Descrição da solução escolhida**

Formação de um registro de preços para emissão de certificados digitais Institucionais Pessoa Física A3 com validade de 03 (três) anos, visitas técnicas às dependências das unidades do Regional, bem como tokens para gravação dos certificados digitais.

### **4.2 – Justificativa da solução escolhida**

Como apenas fornecedores credenciados pela ICP-BRASIL são autorizados a



emitir certificados digitais, em virtude do modelo de certificação com raiz única adotado no Brasil, a única solução capaz de atender aos requisitos é a contratação de empresa especializada, credenciada pela ICP-BRASIL, para a emissão de certificados digitais, bem como para a realização das visitas técnicas. Além disso, faz-se necessária também a aquisição de tokens criptográficos para se armazenar o certificado. Opta-se por um lote em separado com vistas, a fim de não limitar a competição entre os licitantes.

#### **4.3 – Benefícios Esperados**

- a) Aumentar e manter os serviços que fazem uso de certificado digital com elevado padrão de desempenho, qualidade e confiabilidade;
- b) Garantir a autenticidade, integridade e o não repúdio das transações realizadas;
- c) Garantir a segurança das informações trafegadas por meio dos acessos realizados às aplicações disponibilizadas;
- d) Prover o Regional de recurso tecnológico indispensável à utilização do Processo Judicial Eletrônico – PJe e demais sistemas que façam uso da certificação digital.
- e) Redução no uso de papel, tendo em vista a possibilidade de utilização de assinaturas digitais em documentos.

#### **4.4 – Relação Demanda Prevista e quantidade contratada**

Levando em consideração que trata-se de um registro de preços, com validade de um ano e com efetividade prevista de abril de 2021 até abril de 2022, e que os certificados emitidos pelos contratos anteriores têm validade de 3 anos, temos que nesse período acima, os certificados digitais emitidos de abril de 2018 a abril de 2019 irão perder validade.

De acordo com informações prestadas pelo NGCMP/CAP/SGEP, 646 certificados foram emitidos de abril de 2018 a abril de 2019.

Ao acrescentarmos uma margem de segurança de 20% ao valor acima referido, para fazer frente às necessidades excepcionais de certificados, tais como novos servidores ou mudança de lotação de servidor, chegamos ao total de 776 certificados a serem registrados.

Assim, chegamos ao total de:

- 776 dispositivos criptográficos;
- 776 emissões de certificados digitais;
- 100 Visitas técnicas para validação e emissão de Certificado Digital nas unidades do Tribunal localizadas na Região Metropolitana do Recife;
- 100 Visitas técnicas para validação e emissão de Certificado Digital nas unidades do Tribunal localizadas fora da Região Metropolitana do Recife.

#### **4.5 – Alinhamento da necessidade do negócio com os requisitos tecnológicos**

A necessidade do negócio se alinha com os requisitos tecnológicos da seguinte maneira:

<b>Negócio</b>	<b>Tecnológico</b>
Os certificados devem permitir assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações	O controlador de acesso (Token) deve comportar o Certificado Digital A3 e as chaves privadas e públicas, além de ser do tipo USB versão 2.0 ou superior compatível com 2.0
A emissão dos certificados devem englobar o serviço de autoridade de registro	A emissão dos certificados compreende a validação da documentação, importação do certificado digital e das cadeias de certificado necessárias para sua correta utilização, apresentação das instruções necessárias e solicitadas pelo usuário e coleta das evidências de emissão;

#### **5 – Necessidades de adequação do ambiente para a execução contratual**

As necessidades de adequação do ambiente limitam-se ao fornecimento de espaço físico e mobiliário básico para a adequada prestação do serviço de validação presencial por parte do agente de registro da contratada, bem como de acesso à Internet. Tais recursos já se encontram disponíveis no Tribunal, bastando apenas a efetiva reserva dos mesmos, quando da visita do funcionário da empresa contratada.

#### **Equipe de Planejamento da Contratação**

Renata Cristina Branco Pessoa – Matrícula 1980

Alexandre da Costa Batista – Matrícula 2750

Ronald de Sousa Patrício Franco – Matrícula 2178